



ATA N.º 5

---Faltou o membro Sr. Auditon Manuel de Melo Moniz.----

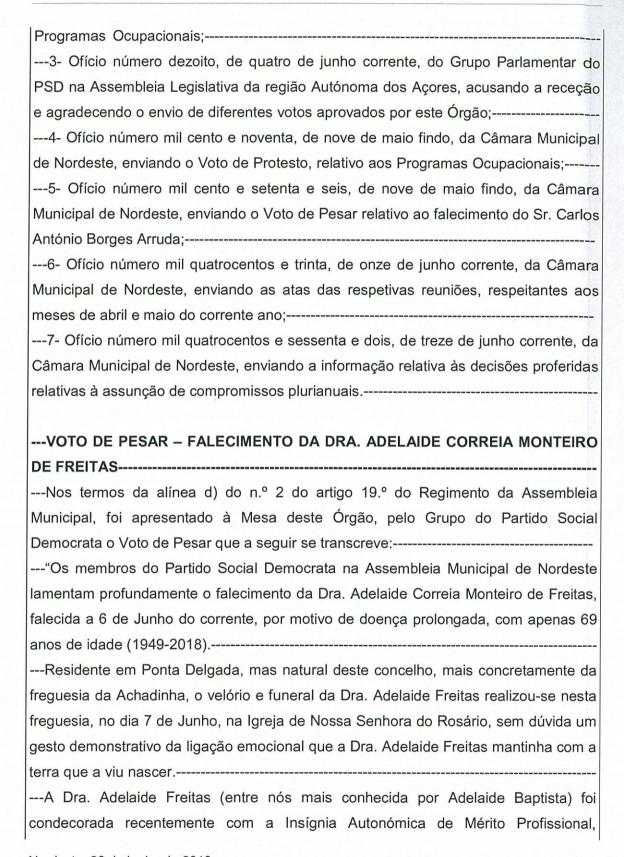
---Assistiram ainda à sessão os Srs. Vereadores Carlos Alberto Medeiros Mendonça, Luís Jorge Borges Fernandes, Marco Paulo Rebelo Mourão e Luís Dutra Borges.-----



Secretariou a sessão a Sra. Maria Serafina da Silveira Raposo Medeiros 1.ª
Secretária da mesa da Assembleia Municipal
Verificada, assim a presença da maioria dos membros que constituem a Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, aberta a sessão
Depois de verificada a legitimidade da cidadã Virgínia Maria da Silva Pinheiro para o exercício do cargo de membro desta Assembleia Municipal e conferida a sua identidade, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou-a instalada para desempenhar as respetivas funções
ANTES DA ORDEM DO DIA
ATA DA SESSÃO ANTERIOR
Foi dispensada a leitura da ata da sessão ordinária do dia trinta de abril último, uma
vez que a mesma foi previamente enviada a todos os membros deste órgão
Submetida a votação a referida ata, foi a mesma aprovada, por unanimidade
CORRESPONDÊNCIA
A Assembleia tomou conhecimento da correspondência recebida das seguintes entidades, depois de feita a leitura da mesma:
1- Ofício número oitocentos quarenta e sete, de vinte e dois de maio findo, do
Gabinete do Presidente do Governo Regional dos Açores, acusando a receção e
agradecendo o envio do Voto de Congratulação relativo à Escola Profissional de
Nordeste;
2- Ofício número dois mil duzentos e quatro, de dezoito de maio findo, do Gabinete
da Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, acusando
a receção, bem como agradecendo o envio da cópia do Voto de Congratulação
relativo à Banda Militar dos Açores;
2- Ofício número dois mil duzentos e três, de dezoito de maio findo, do Gabinete da
Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, acusando a
receção, bem como agradecendo o envio da cópia do Voto de Protesto relativo aos



&





atribuída pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cerimónia do Dia da Região, a 21 de maio do corrente, na ilha do Pico, tendo a Câmara Municipal do Nordeste manifestado publicamente o seu regozijo pela prestigiada distinção, tendo sido igualmente condecorada pela Região por Mérito Profissional, através do exercício da sua profissão como Professora da Universidade dos Açores. A Dr.ª Adelaide foi também reconhecida nos Açores e fora deste, nomeadamente na nossa Diáspora, como escritora, tendo alguns dos seus livros sido apresentados e acarinhados pela sua terra natal, o concelho do Nordeste, através da Câmara Municipal do Nordeste.-------Por motivo de doença prolongada, a Dra. Adelaide Freitas encontrava-se nos últimos anos afastada da atividade profissional e literária.-----------------------Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas foi vereadora (pelo PSD) da Câmara Municipal do Nordeste entre 1994 e 1997, tendo repetido o mandato de 1998 a 2001 mas com suspensão do mesmo em 1999, nos quais foi Vereadora em Regime de Não Permanência.-------Enquanto Vereadora da Câmara Municipal do Nordeste, desempenhou o cargo com zelo e profissionalismo, à semelhança da descrição que dela fazem os amigos e colegas que a acompanharam na carreira de docente.---------Maria Adelaide Correia Monteiro de Freitas, como podemos ler recentemente em diferentes meios de comunicação social a propósito do seu falecimento, foi Professora/Administradora no Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Acores, tendo também passado pela Universidade de Massachusetts, Dartmouth (antiga S.M.U.), e residente em New Bedford.-------- "Pessoa inteligentíssima, escritora por excelência e boa amiga de sempre", assim a descreveu um antigo colega de profissão na Universidade de Massachusetts, o Dr. Adelino Cabral (também ele nordestense, natural da freguesia de Santana), lamentando o falecimento da "querida filha admiradora assídua do grande Moby Dick, de Herman Melville, que sempre soube fazer bem à Humanidade, quer na América do Norte, quer nos Acores, e pela Diáspora fora".--------Pela profunda ligação do Município do Nordeste mantida durante longos anos com a Dra. Adelaide Freitas, assim como pelo contributo que deu aos Nordestenses como Vereadora da Câmara, e pela repercussão que deu do concelho do Nordeste também através da literatura, os membros do Partido Social Democrata com assento na



de

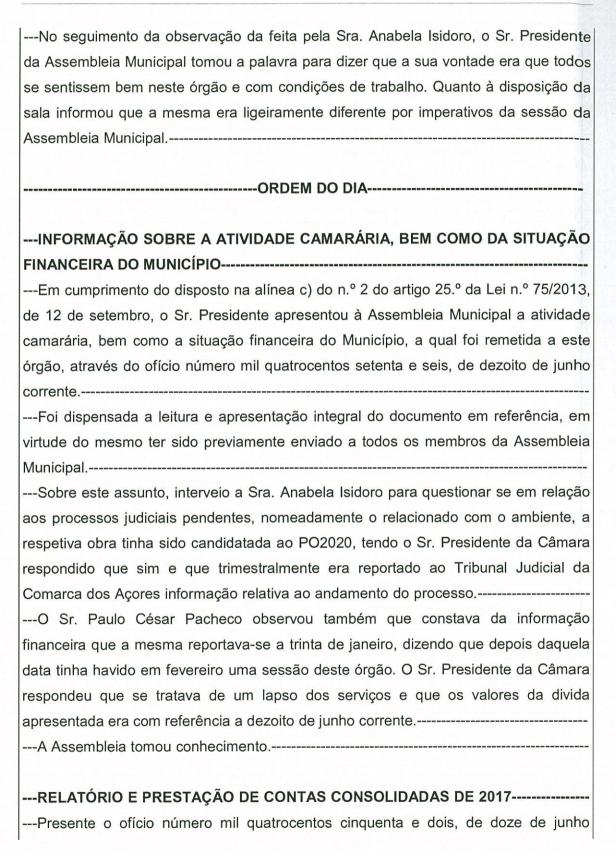
Assembleia Municipal de Nordeste propõem, nos termos regimentais, a aprovação de
um Voto de Pesar pelo seu falecimento, devendo este Voto ser endereçado ao seu
marido, Dr. Vamberto Freitas e restante família, Assembleia e Junta de Freguesia de
Achadinha e Reitoria da Universidade dos Açores"
A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar o presente Voto de Pesar
Seguiu-se um período de intervenções, no qual foram colocados ao Sr. Presidente
da Câmara algumas questões e tecidas algumas considerações de interesse geral:
O Sr. Paulo Franco questionou sobre o ponto de situação do alargamento de uma
curva no Caminho do Lenho e do terreno existente junto à sede da Junta de Freguesia
da Achada, onde pretendem construir no mesmo uma garagem. Perguntou também se
a autarquia ia realizar uma desratização a nível do concelho
Seguidamente, interveio o Sr. Paulo César Pacheco para perguntar sobre a data de
início da época balnear neste concelho e se estava garantida a segurança dos
utilizadores da zona balnear da Boca da Ribeira e da Praia do Lombo Gordo
Questionou também para quando estava prevista a colocação dos semáforos no
acesso à Piscina da Boca da Ribeira
A Sra. Anabela Isidoro disse que se sentia constrangida com a disposição da sala,
uma vez que tinham colocado mesas só para os elementos do Partido Socialista,
tendo questionado o porquê da situação
Por último, o Sr. José Miguel Mendonça, solicitou que fossem colocadas flores em
alguns jardins da freguesia, incluindo o da Assomada, em virtude de estarem em
vésperas das festas de São Pedro
Às questões colocadas, o Sr. Presidente da Câmara respondeu:
Em relação ao Caminho do Lenho disse que, conforme já havia sido informado na
anterior sessão deste órgão estavam a tratar do procedimento para asfaltar a zona
que foi alvo de intervenção, assim como outra zona na freguesia de Santana
Quanto à desratização esclareceu que já tinham feito uma a nível do concelho, no
âmbito de um plano delineado pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e
que estavam a seguir o que tinha sido preconizado para toda a ilha
No que diz respeito ao terreno junto à Junta de Freguesia da Achada disse que
desconhecia se o mesmo era propriedade do Município e ainda se nos termos do



Plano Diretor Municipal era viável a construção pretendida, tendo pedido ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Achada que enviasse um ofício à Câmara Municipal a informar da sua pretensão. ---Relativamente à época balnear informou que a mesma teve o seu início no dia quinze de junho corrente, e que tinham feitos todos os esforços para que naquela data tivesse nadador salvador e vigilantes, mas que no âmbito da consulta feita à Associação Humanitária dos Bombeiros de Nordeste aquela informou de que não disponha de pessoal com aquelas qualificações. Face a esta resposta, a Câmara teve de iniciar novo procedimento para o mencionado fim. Salientou também que devido à redução drástica de pessoal, sobretudo por via da candidatura efetuada aos programas ocupacionais do Governo Regional com duzentas pessoas, onde só foi aprovado a colocação de dez ocupados, situação esta que também contribuiu para umas pequenas falhas que estavam a tentar corrigir e repor.-----------No que diz respeito aos semáforos disse ter dado ordens para sua colocação, mas devido a problemas das baterias ainda não foi possível a sua efetivação, mas que estavam a resolver o assunto.---------Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Nordestinho, esclareceu que estava agendada para a próxima segunda-feira o arranjo dos jardins da freguesia e a plantação das respetivas flores.---------O Sr. Paulo César Pacheco interveio novamente para dizer que no passado tinha havido muito alarido por causa do início da época balnear e que não tinha havido compreensão para os problemas ocorridos, salientando que no corrente ano, o verão já tinha arrancado há dois meses e o início da época balnear só tinha ocorrido muito recentemente e com algumas falhas.---------Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Sr. Paulo César andava distraído, realçando que há muito tempo que tinha colocado ao serviço da zona balnear duas senhoras para a realização das respetivas limpezas. Acrescentando ainda que na Praia do Lombo estava tudo partido e que não se poderia comparar uma situação com a outra. Informou também que o executivo tinha realizado pequenas reparações sem a colaboração de nenhuma entidade exterior, e que o feedback por parte dos utilizadores tem sido positivo, admitindo que existem pequenas coisas que falham, mas que vão tentando corrigir da melhor forma.-----





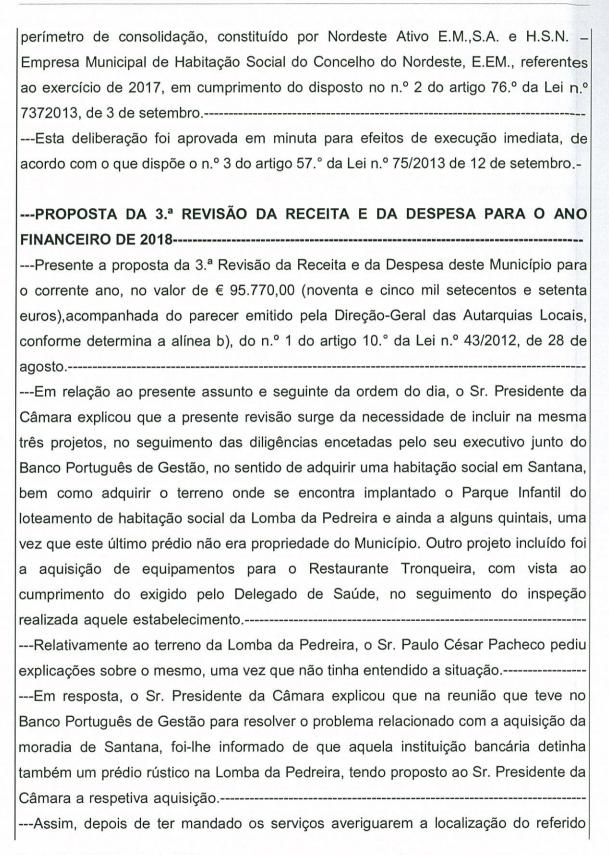




corrente, da Câmara Municipal de Nordeste, submetendo à aprovação deste órgão,
em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 7372013, de 3 de
setembro, o Relatório e Prestação de Contas consolidadas do Município do Nordeste
com as entidades que integram o perímetro de consolidação, constituído por Nordeste
Ativo E.M.,S.A. e H.S.N. – Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do
Nordeste, E.EM., referentes ao exercício de 2017
Relativamente à H.S.N Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do
Nordeste, E.E.M., com a liquidação da DNHS - Empresa de Desenvolvimento de
Habitação Social do Nordeste, S.A. viu os seus resultados transitados integrados de
um valor negativo de € 934.713,86 (novecentos trinta e quatro mil setecentos e treze
euros e oitenta e seis cêntimos). Tal facto, resultou da consequente transmissão global
para a H.S.N Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do Nordeste,
E.E.M. dos passivos e ativos da DNHS – Empresa de Desenvolvimento de Habitação
Social do Nordeste, S.A., afetando negativamente os capitais próprios da H.S.N
Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho do Nordeste, E.E.M. passando
esta no final do período em análise a ter o capital próprio negativo no valor de €
641.671,70 (seiscentos quarenta e um mil seiscentos setenta e um euros e setenta
cêntimos)
Os presentes Documentos de Prestação de Contas consolidados, elaborados nos
termos do disposto no artigo 75.º da referida Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e
aplicadas as políticas de consolidação constantes da Portaria n.º 474/2010, de 1 de
julho, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes
demonstrações financeiras:
a) Balanço consolidado;
b) Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
c) Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada;
d) Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
Integram ainda os documentos em análise a Certificação Legal das Contas e o
parecer sobre as mesmas apresentados por Duarte Giesta & Associado - Sociedade
de Revisores Oficiais de Contas, Lda
A Assembleia deliberou, por unanimidade aprovar o Relatório e Prestação de
Contas consolidadas do Município do Nordeste com as entidades que integram o







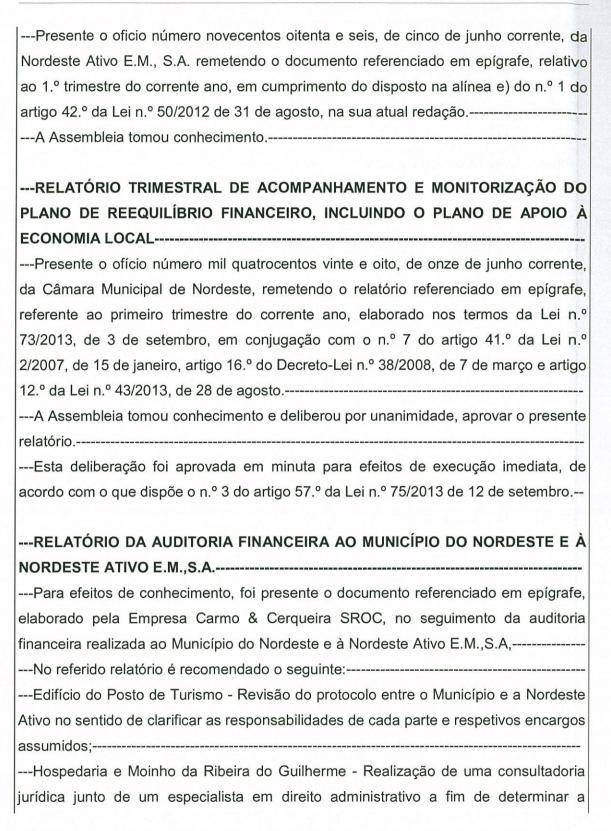


terreno e ter-se concluído que o mesmo dizia respeito ao local onde se encontrava
implantado o Parque Infantil da Lomba da Pedreira, optou por negociar as duas
situações, tendo conseguido reduzir os respetivos valores. Disse ainda que o Banco
Português de Gestão tinha ficado com o referido prédio rústico por insolvência da
Aldeias Ilhas
A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por dezasseis votos a favor e sete
abstenções, aprovar o referido documento, no uso da competência que é conferida a
este órgão pelo artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de
acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
PROPOSTA DA 3.ª REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O
ANO FINANCEIRO DE 2018
Presente a proposta da 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano deste Município
para o corrente ano no valor € 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos euros),
acompanhada do parecer emitido pela Direção-Geral das Autarquias Locais, conforme
determina a alínea b), do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º43/2012, de 28 de agosto
A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por dezasseis votos a favor e sete
abstenções aprovar o referido documento, no uso da competência que é conferida a
este órgão pelo artigo 25.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, de
acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro
NORDESTE ATIVO E.M., S.A. – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
DO ANO DE 2017
Presente o oficio número setecentos oitenta e oito, de dois de maio findo, da
Nordeste Ativo E.M., S.A. remetendo os documentos referenciados em epígrafe, em
cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31
de agosto, na sua atual redação
A Assembleia tomou conhecimento
NORDESTE ATIVO E.M., S.A. – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Nordeste, 26 de junho de 2018





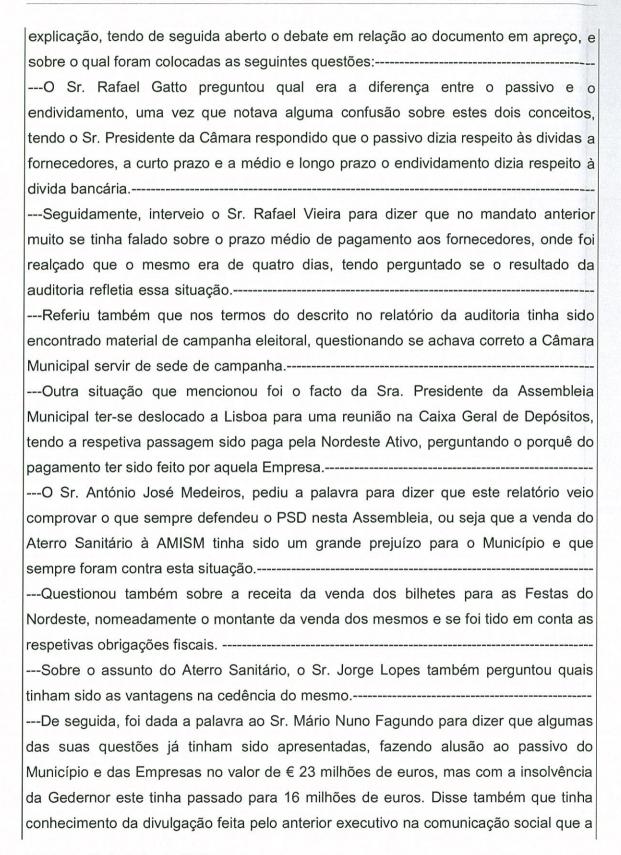




possibilidade de enquadramento desta atividade, nos termos do definido pelo artigo
45.° da Lei n.° 4572012;
Pedidos de Orçamentos - Que sejam sempre solicitados, no mínimo, duas propostas
para todas as aquisições de bens e serviços. Na análise efetuada a várias requisições
de compras, foi possível constatar a existência de uma proposta única, de
fornecedores recorrentes e cujos montantes globais atingem valores significativos;
Fundamentação da necessidade - A adoção de procedimentos no sentido de
garantir que, a todo o momento, é assegurado que a submissão para aprovação de
uma requisição de compra, esteja devidamente suportada e fundamentada numa
efetiva necessidade para a realização da despesa;
Inventários - Realização de um inventário a fim de determinar qual o verdadeiro
valor dos elementos em existência
A confirmação dos procedimentos de compra (uma vez que já existem e estarão
implementados), no sentido de serem balizadas as possibilidades de manipulação,
fraude e apropriação indevida de ativos;
Festas do Nordeste – Enquadramento da atividade - Clarificação quanto à
possibilidade de este evento ser levado a cabo pela Empresa Municipal Nordeste
Ativo; Caso se confirme a possibilidade de enquadramento desta atividade nas
atividades da Nordeste Ativo, a formalização de um protocolo onde fiquem
devidamente delimitadas onde começam e terminam as atividades do Município e da
empresa municipal, bem como, quais os respetivos encargos a cargo de cada uma
das entidades;
Regulamento Municipal - Revisão do procedimento de modo a que: i.) seja cumprido
o regulamento municipal sempre que se verificarem situações similares; ii.) se
cumpram as respetivas deliberações nos termos em que foram aprovadas; e iii.) que
se consubstanciem a atribuição dos subsídios na exata medida do que constitui o
objeto de aprovação
Esteve presente nesta sessão, o Dr. José do Carmo, representante da empresa
Carmo & Cerqueira SROC, para efeitos de apresentação do Relatório da Auditoria
Financeira ao Município do Nordeste e à Nordeste Ativo, E.M., S.A
Após a apresentação do referido relatório, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal





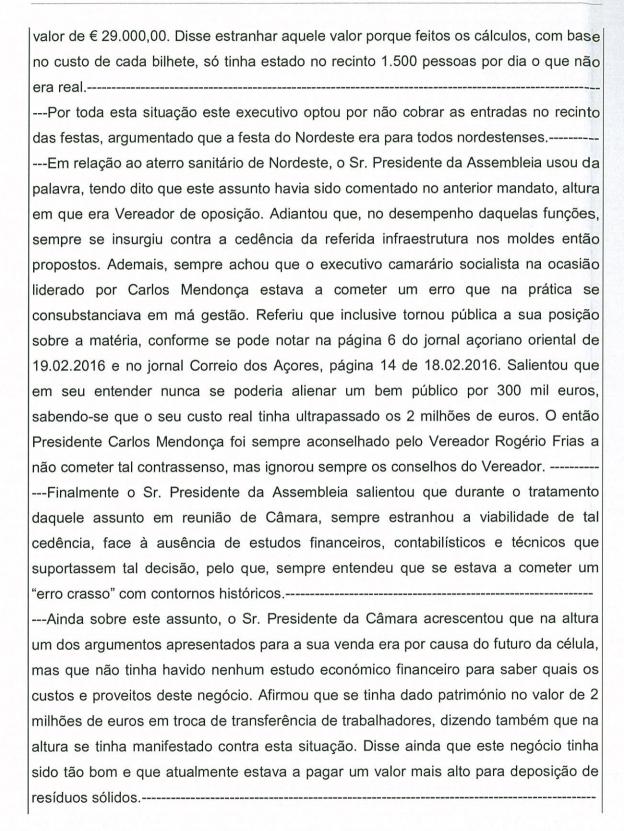




divida do Município e das empresas municipais era de 37 milhões de euros, mas que o
que se verificava agora com este relatório era que o referido valor não correspondia à
verdade. Fez também alusão à falta do estudo de viabilidade económica e financeira
para a venda do Aterro Sanitário, dizendo que no seu entender a decisão do anterior
executivo foi precipitada em ter vendido ao aterro sem saber se aquele negócio era
bom ou mau para o Município
Questionou ainda em que condições tinha sido declarada a insolvência da Gedernor
e se tinha sido pago algum valor do montante em dívida
Ainda sobre o relatório, usou da palavra o Sr. Paulo César Pacheco para dizer que
esperava que o executivo cumprisse as recomendações constantes no presente
relatório e que se tinha verificado uma redução no endividamento no montante de três
milhões de euros, realçando que a mesma foi para além do que era espectável no
Pael
Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu:
Quanto aos prazos médios de pagamento aos fornecedores disse que tudo isso não
passava de uma falácia da campanha eleitoral porque na realidade no mandato
anterior o que verificou foi a realização da alguma despesa sem cabimentos e as
respetivas requisições, designadamente:
Restaurante Tronqueira - € 2.200,00; Restaurante Cardoso - € 1.200,00; José
Francisco Medeiros - € 3.400,00; Fernando Mota – 2. 680,00; Lira Nossa Senhora da
Saúde - Arrifes € 450,00; Profilsom 15.000,00; Açor Média € 7.000,00; Aluguer da
tenda para a feira - € 10.000,00, tudo isto representa uma despesa no montante de €
40.000,00
Em relação ao material de campanha encontrado, afirmou que o mesmo era do
Partido Socialista e do candidato Carlos Mendonça
No que diz ao pagamento da aludida passagem pela Nordeste Ativo, respondeu que
não havia necessidade do sucedido, uma vez que a Assembleia Municipal tem
orçamento próprio para esse tipo de despesas e questionou como era possível
justificar esse tipo de viagem
Quanto às Festas do Nordeste, afirmou que havia muita coisa por esclarecer e que
a seu devido tempo tudo seria clarificado, dizendo que conforme constava da
documentação existente, a receita arrecadada com a venda dos bilhetes tinha sido no









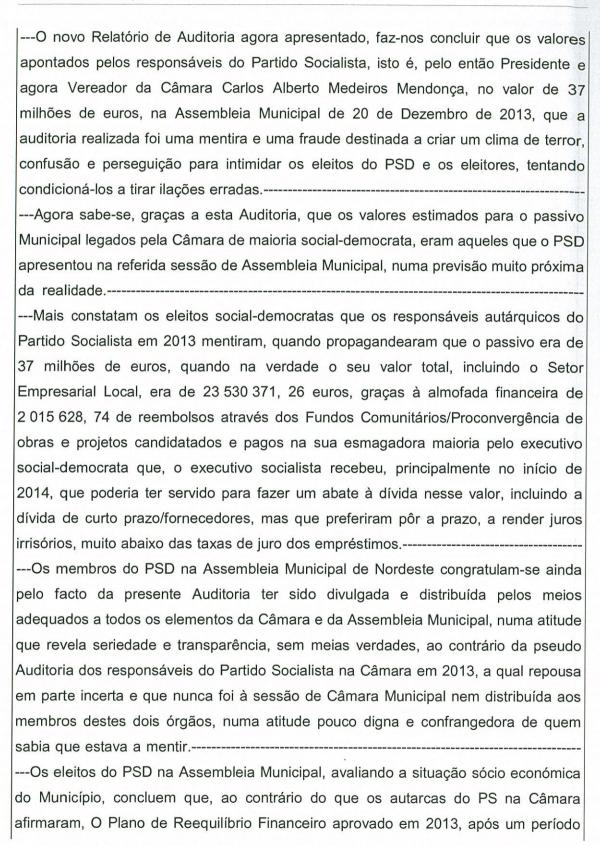
Referiu também que se o Aterro Sanitário tivesse sido vendido pelo seu valor real,
ou seja 2.100 milhões de euros a Nordeste Ativo poderia neste momento não ter
nenhuma divida a curto prazo
Quanto à Gedernor informou que no período de análise da auditoria não tinha sido
pago qualquer valor
No que concerne ao endividamento, o Sr. Presidente explicou que atendendo à
conjuntura que se vivia na altura o executivo de então acabou por aderir ao Pael para
fazer face ao pagamento a fornecedores, isto tudo antes do executivo do PS entrar em
funções, pelo que a casa foi deixada arrumada em termos de despesa e da banca,
mencionando que Sr. Carlos Mendonça apenas se tinha limitado a pagar as
prestações à banca e ao cumprimento da Lei, sendo precisamente o que este
executivo estava a fazer
Acrescentou ainda que o Sr. Carlos Mendonça tinha sido muito hábil, uma vez que a
auditoria realizada no período em que exerceu funções de Presidente da Câmara foi
feita só até dezembro de 2012, pelo que poderia ter aguardado pelo encerramento do
exercício de 2013 e abranger também este ano na auditoria realizada, que o resultado
do endividamento seria o correto
Disse também não existir nenhum relatório sobre a aludida auditoria, uma vez que
tinha pedido aos serviços e estes informaram que o mesmo não existia
Terminou dizendo que nem todas as situações detetadas se encontravam descritas
neste relatório, considerando que algumas delas se encontravam em segredo de
justiça
Seguidamente o Sr. Vereador Carlos Mendonça usou da palavra para colocar
algumas questões técnicas ao Sr. Dr. José do Carmo, nomeadamente:
Se em relação ao envidamento houve uma preocupação em verificar as Prestações
de Contas e os relatórios de duas inspeções realizadas às contas do Município
Pediu que lhe confirmassem se a última tranche do Pael tinha sido recebida em
2014, tendo sido respondido afirmativamente
Se o empréstimo de Reequilíbrio Financeiro de qualquer autarquia serve para
transitar de divida de curto prazo para médio e longo prazo, tendo sido respondido que
sim
Pela sua análise o decréscimo do passivo do Município e das empresas teve haver



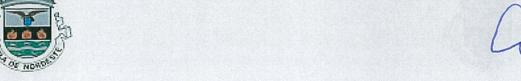
d

só com o pagamento dos compromissos bancários, ao que o Dr. José do Carmo
respondeu que não era só
A redução dos Spreads, após negociação com a banca também não era um fator
que interferia na redução da divida
Se na análise efetuada se conseguia separar o que era despesa do Município do
Nordeste até 2013 e ainda até a transição do Aterro Sanitário para a Musami, e se a
despesa da gestão do Aterro sanitário era negativa ou positiva, tendo o Sr. José do
Carmo respondido que o que foi constatado foi o facto de não existir um estudo de
viabilidade económica e financeira sobre a referida transferência
Em virtude do Sr. Vereador Carlos Mendonça ter ultrapassado o tempo
regulamentar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu para o Sr. Vereador
Carlos Mendonça concluir a sua intervenção
A Assembleia deliberou por dezasseis votos e favor e seis abstenções remeter o
Relatório da Auditoria Financeira ao Município do Nordeste e da Nordeste Ativo à
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, tendo os membros do Partido
Social Democrata nesta Assembleia Municipal, apresentado a Declaração de Voto que
a seguir se transcreve:
"Os membros eleitos pelo Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de
Nordeste deliberaram aprovar o presente Relatório de Auditoria Financeira mandado
fazer pela Câmara Municipal de Nordeste sobre a situação económico financeira do
Município nos últimos cinco anos
Constatam a transparência da mesma e a equidade de critérios que abrangem os
anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017 para todos os anos estudados, bem ao
contrário da Auditoria Financeira levada a efeito pelo executivo socialista em
Dezembro de 2013 que ignorou aquele ano com a conveniente desculpa de ainda não
estavam fechadas as contas, mas que os valores de 2013 seriam idênticos nos seus
cálculos aos do ano de 2012
Perante esta fraude, o PSD nesta Assembleia Municipal protestou e obteve como
resposta a promessa de que a Câmara "em breve" iria apresentar os resultados de
2013. Mas como a história regista e a população confirma, os valores de situação
económico financeira espalhados pela comunicação social e ventilados nas redes
sociais, foram farisaicamente empolados pelos escribas do costume











de grandes dificuldades financeiras do Município, vivido sobretudo em 2010, 2011 e
2012, devido à redução de receitas e transferências do Estado e à crise económico
financeira do País que assolou particularmente os Municípios menos populosos, foi o
meio adequado para o regresso, já em 2013, a uma situação de equilíbrio financeiro
duradouro do grupo autárquico, incluindo as responsabilidades do setor Empresarial
Local, sem pôr em causa o investimento municipal, a que acrescem as verbas dos
Fundos Comunitários do Programa Açores 2020, escassamente aproveitado pela
anterior gestão socialista do Município
Assim concluem que o Município entre 2014 e 2017 se limitou a pagar as
prestações previstas no Plano de Reequilíbrio Financeiro, porque a gestão social-
democrata tinha deixado a casa e as contas arrumadas
Por fim concluem que a Auditoria provou a má gestão e irregularidades em vários
procedimentos administrativos. Lamentam entre outras situações irregulares
detetadas, a entrega à AMISM do Aterro Sanitário de Nordeste, propriedade da
Empresa Municipal Nordeste Ativo, à Musami, descapitalizando assim a empresa e
pondo em risco no futuro a sua existência e postos de trabalho. Um autêntico
"compêndio" repleto de trapalhadas que o concelho e os nordestenses não
mereciam."
3500000 1 K 1201 L 120 12 L 1
UNIDADE DE SAÚDE DE ILHA DE SÃO MIGUEL - DESIGNAÇÃO DOS
REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
Presente o ofício número mil novecentos oitenta e dois, de quinze de junho corrente,
da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, solicitando a designação de dois
representantes desta Assembleia Municipal para integrar o Conselho Consultivo da
Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, em cumprimento do disposto nos artigos
14.°, 15.° e 16.° do Decreto Regulamentar Regional n.° 26/2001/A, de 9 de dezembro
Para o efeito foi apresentada pelo Grupo do Partido Social Democrata uma lista com
os seguintes nomes:
Luís Manuel Raposo de Lima;
Dinis Pimentel Pacheco
Colocada a votação a referida lista foi a mesma aprovada por dezasseis votos a

Nordeste, 26 de junho de 2018



Esta	deliberação	foi	aprovada	em	minuta	para	efeitos	de	execução	imediata,	de
acordo	com o que di	spõ	e o n.º 3 d	lo ar	tigo 57.º	da Le	ei n.º 75	/20	13 de 12 de	e setembro	o

---A forma de votação utilizada em todas as aprovações foi a de escrutínio secreto, com exceção das votações da ata e do voto de pesar que foi a de braço no ar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 37.º do Regimento desta Assembleia Municipal.--

---PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO-----

---Seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que, por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi dado por encerrado.-----

---E por não haver mais nada a tratar, e sendo doze horas e cinquenta minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a sessão, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia, e por mim, Maria Serafina da Silveira Raposo de Medeiros, que a redigi e subscrevi.------

Nordeste, 26 de junho de 2018